APOSTAS ON-LINE

No STF, embate entre governo e clubes

Em audiência pública, ministros de Lula defendem a MP que suspendeu as bets, enquanto representantes de agremiações esportivas alegam perdas milionárias e falam em risco de desemprego. Fux afirma ser favorável ao banimento da jogatina

» ALÍCIA BERNARDES
» BEATRIZ VASCONCELOS*

Fotos: Rosinei Coutinho/STF



A audiência pública no Supremo foi convocada por Fux para debater a medida provisória do governo que proibiu as bets em todo o país

A proibição das apostas on-line, conhecidas como bets, provocou um embate entre representantes do governo federal e do setor esportivo durante audiência pública, ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF). De um lado, ministros defenderam a manutenção da medida provisória que suspendeu a atividade no país, com argumentos relacionados à saúde pública, ao endividamento das famílias e aos impactos sociais da ludopatia. Do outro, dirigentes de clubes de futebol apontaram prejuízos financeiros, risco de desemprego e insegurança jurídica com a interrupção dos contratos de patrocínio. Na abertura do encontro, o relator da ação, ministro Luiz Fux, declarou estar convencido de que as apostas devem ser banidas.

"Ludopatia é uma doença", argumentou Fux, ao classificar o transtorno do jogo compulsivo como um problema de saúde pública e econômico. O magistrado explicou que sua posição foi construída a partir de discussões anteriores promovidas pelo Supremo, especialmente em novembro de 2024, quando foram debatidas as consequências psicológicas e sociais das apostas.

Diante de críticas à composição da audiência, Fux afirmou que a Corte já havia ouvido diferentes setores e que não poderia convocar novamente todos os participantes dos encontros anteriores. "Não procede a alegação de que eu só convoquei empresas e times de futebol", rebateu. O ministro, contudo, ressaltou que a manifestação individual não antecipa o entendimento do colegiado, que ainda precisará analisar os argumentos apresentados no processo.

A defesa do governo foi reforçada pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, que pediu a manutenção integral da Medida Provisória nº 1.309/2026. Durante sua exposição, ele citou pesquisa Datafolha divulgada em 1º de outubro, segundo a qual 78% dos brasileiros apoiam a proibição das plataformas de apostas e dos cassinos on-line.

Para Messias, a discussão não pode ficar restrita aos interesses econômicos das empresas. "As famílias querem ser ouvidas em um debate no qual os setores economicamente interessados dispõem de grande capacidade de mobilização", afirmou. O AGU também sustentou que o Estado tem legitimidade para intervir em atividades econômicas quando os mecanismos existentes não são suficientes para proteger direitos fundamentais.



Fux mencionou o problema de saúde pública: "Ludopatia é uma doença"

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César de Lima e Silva, afirmou que o Executivo avaliou diferentes alternativas antes de optar pela suspensão das apostas. Segundo ele, o governo não procurou um atalho, mas discutiu modelos de regulamentação para tentar enfrentar os problemas provocados pela atividade.

"Em nenhum momento buscou um atalho. Antes, pelo contrário, todos nós debatemos hipóteses que pudessem regular de modo satisfatório para a superação do drama social envolvido", declarou. O ministro argumentou que a coexistência de plataformas legalizadas e clandestinas dificultava a fiscalização e tornava menos efetivos os instrumentos de investigação e controle do poder público.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, adotou um discurso mais incisivo ao confrontar os argumentos apresentados pelos representantes dos clubes. Ao comentar a preocupação do setor esportivo com salários e receitas de patrocínio, afirmou que sua prioridade são as pessoas afetadas pela dependência em jogos.



Lima e Silva: governo avaliou diferentes alternativas antes da suspensão

"Ouvi um representante de um time de futebol dizer que a briga dele são os clubes e os salários, como manter o time de futebol. A minha briga são as mulheres, 65% delas que têm vergonha de procurar um serviço de saúde, mesmo quando reconhecem que estão viciadas", frisou.

Padilha também alertou para a relação entre apostas e risco de suicídio, afirmando que pessoas expostas às bets apresentam risco 15 vezes maior de atentar contra a própria vida. Segundo os dados apresentados pelo ministro, 28 milhões de brasileiros fizeram apostas nos últimos 12 meses, dos quais 11 milhões apresentam comportamento de risco ou padrões problemáticos.

O argumento sanitário, porém, encontrou resistência entre os representantes do futebol. O vice-presidente do Flamengo, Flávio de Araújo Willeman, estimou que a proibição poderá provocar uma perda de R$ 430 milhões em receitas para o clube e afetar aproximadamente 1,2 mil empregos. O dirigente também alertou para os reflexos sobre o esporte olímpico, destacando que o rubro-negro é um dos principais fornecedores de atletas para competições internacionais.

Segundo Willeman, a instituição organizou seu planejamento financeiro considerando contratos de patrocínio firmados sob a legislação anterior. Ele argumentou que a mudança abrupta das regras compromete compromissos assumidos com atletas e funcionários e gera insegurança jurídica para as entidades esportivas.

Representantes de Fluminense, Botafogo, Corinthians, Cruzeiro e São Paulo também criticaram a suspensão imediata das atividades. Uma das principais reivindicações foi a criação de um período de transição para que os clubes consigam reorganizar seus orçamentos e substituir as receitas provenientes das casas de apostas.

O representante do Fluminense comparou os prazos adotados por outros países para mudanças nas regras de publicidade do setor e criticou os 10 dias concedidos no Brasil. Já o Botafogo afirmou ter perdido o maior patrocínio de sua história, enquanto o São Paulo destacou que possui contrato com uma empresa de apostas com vigência até 2030. Os clubes também defenderam que os efeitos da proibição sejam considerados sobre categorias de base, futebol feminino e clubes de menor porte.

A resistência à medida também envolve associações do mercado de apostas, que questionam a constitucionalidade da decisão do Executivo e alertam para o possível fortalecimento das plataformas clandestinas.

A audiência foi convocada por Fux no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 8.027, apresentada por entidades do setor que pedem a suspensão dos efeitos da medida provisória. Dos 34 representantes chamados para o debate, pelo menos 22 são contrários à proibição. A lista inclui empresas, clubes e organizações esportivas, enquanto os ministérios da Fazenda, da Saúde, da Justiça e do Esporte, além da Advocacia-Geral da União, defenderam a restrição. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras), a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) também estão entre as entidades favoráveis à medida.

A audiência deverá subsidiar a análise dos ministros sobre a validade da medida provisória, que ainda precisa ser apreciada pelo Congresso Nacional. Até lá, permanece o embate entre a proteção da saúde pública, a liberdade econômica e a segurança jurídica dos setores afetados.

*** Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

Lula e Janja em campo

Durante a audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, entregou ao ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), um relatório sobre o impacto das bets. No início da reunião, o magistrado citou o estudo. "Janja me entregou um relatório bastante volumoso e detalhado sobre o novo panorama, sobre as bets", afirmou. O relatório, intitulado "Mulheres e Bets, o custo das apostas online para as brasileiras e suas família", foi desenvolvido pelo Estúdio Clarice. "O vício nas apostas online se tornou um problema de saúde pública que não afeta apenas a vida de quem aposta, ele adoece toda a família, principalmente as mulheres. São as mulheres que sentem o principal peso desse vício", escreveu a primeira-dama no Instagram. Janja chegou à Corte, para assistir à audiência, acompanhada da produtora cultural Paula Lavigne, esposa do cantor Caetano Veloso. No Instagram, Paula publicou um vídeo e pregou: "Bets nunca mais". Também ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou um vídeo nas redes sociais pedindo que a sociedade civil acompanhasse a discussão. Ele voltou a defender a proibição e criticou os interesses econômicos das plataformas diante dos prejuízos provocados pelas apostas nas famílias brasileiras.



» Correção de rumo

O advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu que a proibição das bets pelo o governo não é incoerente e que "rever uma política à luz de seus resultados é responsabilidade do Estado". As declarações foram feitas em audiência pública no STF. "Incoerente seria conhecer o sofrimento das famílias e insistir no mesmo caminho apenas para preservar receitas empresariais", afirmou Messias. As apostas on-line foram autorizadas em 2017, no governo Temer, e regulamentadas na gestão Lula.